

CMI SETOR DE DOCUMENTAÇÃO  
 Fato: *Demarcação Oficial da*  
 Unidade: *Unidade* Data: *11.08.95*  
 Local: *Brasília - DF.*

#### 4-SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A invasão sistemática da área indígena Karipuna em seu limite sul tem início no final da década de oitenta, embora fosse esta previsível, à medida que, se intensificava a colonização e ocupação das terras próximas à cidade de Guajará-Mirim e a FUNAI não tomava providências efetivas no sentido de regularizar a terra indígena e, de promover a fiscalização dos seus limites.

Em 1977, quando da primeira solicitação de interdição da área Karipuna, não havia indício de invasão na área. O próprio INCRA em correspondência a FUNAI em 1980 informava que nos limites da área Karipuna, propostos para interdição, não havia problemas de ocupação por não-índios.

Em 1991 a Prefeitura de Vila Nova Mamoré enviou a FUNAI a Exposição de Motivos 003/CP/91 de 14/07/91 solicitando o restabelecimento dos limites da área indígena Karipuna e a liberação de uma faixa de 20.000 ha no limite sul pela presença de 200 famílias, que orientadas pelo INCRA, haviam se radicado nesta faixa. Alegava também que a inserção da Reserva indígena Karipuna à Reserva indígena de Lagoas inviabilizava o projeto de abertura da Linha D, que permitiria a ligação do município por via terrestre ao centro-sul de Rondônia - BR 364. Como se tratava de região com fortes indícios da presença de índios isolados, a FUNAI enviou a área uma equipe de localização, que confirmou as invasões e fez gestões junto a Prefeitura para que fosse mudado o processo de colonização.

Em outubro de 1993 foi feito um acurado levantamento por técnico da FUNAI das invasões no limite sul dos Karipuna tendo sido constatado um total de 134 famílias, correspondendo a 531 pessoas. O total da área devastada atingia então 2.263 ha e a área total dos imóveis a 16.270 ha. O tempo de ocupação variava de oito anos a um ano, o que demonstra que estas invasões tiveram início em 1987. Em agosto de 1994 foi, ainda, constatado pela Administração da FUNAI em Porto Velho a existência de uma estrada de 14Km dentro da terra indígena interditada e em outubro do mesmo ano, o GT designado para proceder a identificação da terra Karipuna constatou, através do levantamento fundiário, a existência de 140 pessoas e um total de 659 ocupantes sem titulação, mas que adquirem a área sob a orientação do INCRA, conforme admitido pelo responsável pelo Instituto em Guajará-Mirim.

Diante do quadro de devastação encontrado e, conseqüentemente não estar o local sendo ocupado, no presente, pelos índios, embora parte inequívoca do seu território de ocupação tradicional, o GT optou por redimensionar os limites da terra indígena excluindo os trinta e nove mil hectares (39.000 ha) que foram invadidos e, em grande parte, se encontram devastados e ocupados por famílias de agricultores. De acordo com o relatório da antropóloga Denise Mald, coordenadora do GT, "a total desestruturização da área invadida, mediante ao desmatamento e à implantação de atividades agrícolas e a ocupação por famílias dedicadas a essas atividades configuram uma realidade sócio-econômica irreversível. Sagrimento, a área sul invadida caracteriza hoje uma ocupação definitiva com profundas implicações sociais." (Mald, Denise, Op. cit: 29).

#### 4-CONCLUSÃO

O GT instituído pela Portaria nº 820/94 -PRES de 14 de setembro de 1994 demonstrou em relatório a inequívoca ocupação dos Karipuna - Kawahib da bacia do Jaci-Paraná e afluentes e a sua fixação nos rios Capivari, Mutum-Paraná e afluentes, cabeceiras do São Francisco e Igarapé do Contra e, que a terra interditada em 1988 era apenas parte do seu território tradicional mais amplo.

A proposta ora em pauta para demarcação e que mantém praticamente os limites interditados, excluídos 39.000 ha invadidos e ocupados dentro de um processo desordenado de colonização, tem como ponto crucial a presença de grupos indígenas isolados no interior da área interditada e em suas adjacências, conforme pesquisas de campo realizadas pelo Departamento de Índios Isolados. Assim, a proposta de demarcação de uma área de 133.500 ha não se restringe a ocupação desta pelos Karipuna constatados e sim se procurou preservar e garantir um espaço territorial Karipuna-Kawahib, onde se possa proteger também os grupos isolados, possivelmente Karipuna, que se encontram no interior deste território.

Corroboramos, portanto, a proposta de demarcação da Terra Indígena Karipuna com os limites propostos e lembramos que a FUNAI em momentos diversos demarcou áreas onde junto com os índios constatados existiam indícios da presença e ocupação de índios isolados. Como exemplo citamos a demarcação da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, cujos limites foram propostos considerando as informações de aldeias de índios isolados no interior da área. Após onze anos que se realizou os trabalhos é incontestável a ocupação e presença desses grupos neste território, inclusive, confirmada pelo próprio Secretário de Planejamento do Estado de Rondônia, que, em reunião na Diretoria de Assuntos Fundiários, informou sobre uma aldeia nas encostas da Serra dos Pádua-Novos, no interior da terra indígena demarcada. Restringir a demarcação das terras Karipuna a área ocupada atualmente pelos grupos constatados seria desconhecer uma realidade, que são as informações já confirmadas pela Frente de Localização da FUNAI Alertamos que a região excluída no processo de identificação se constitui até o final de oitenta em território de ocupação tradicional indígena e, que o grupo que lá habitava pode ter desaparecido pelo avanço da colonização e degradação ambiental. Se torna, assim, responsabilidade do Estado brasileiro demarcar esta terra indígena e proteger a população, ainda sem contato nela existente, evitando o extermínio de mais um grupo indígena no país.

Em face do exposto, sugiro que sejam os autos encaminhados ao Ministério da Justiça para emissão de Portaria Declaratória pelo Exmo Sr. Ministro da Justiça.

MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO

#### MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

##### DENOMINAÇÃO

TERRA INDÍGENA KARIPUNA

GRUPO INDÍGENA

KARIPUNA

##### LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: PORTO VELHO E GUAJARÁ-MIRIM

ESTADO: RONDÔNIA

UNIDADE REGIONAL: ADR PORTO VELHO

##### COORDENADAS DOS EXTREMOS

##### EXTREMOS

NORTE:

##### LATITUDE

##### LONGITUDE

LESTE:

SUL:

OESTE:

09°34'42" S

09°33'45" S

10°16'40" S

10°26'23" S

64°22'38" Wg

64°19'08" Wg

64°44'00" Wg

64°47'00" Wg

RO0156

UF RO Numero 11

Tipo Conflito:TE      Volume 01

Município de GUAJARA-MIRIM/ NOVA MAMORE/PORTO VELHO

Conflito T. I. KARIPUNA

Data 11/08/1995

Fonte NULL

Palavras Chave ,,,,,,